

Aproximações Teóricas Sobre o Risco em Saúde na Mídia¹

Michele Nacif Antunes²

Aline Guio Cavaca³

Adauto Emmerich Oliveira⁴

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES

Resumo

O que é risco? Como a mídia se apropria desse conceito para abordar questões de saúde? Quais os impactos dessa divulgação midiática dos riscos em saúde nas nossas vidas? O objetivo desse artigo é discutir a divulgação midiática dos riscos à saúde, a partir da reflexão sobre os aspectos que envolvem as relações entre comunicação, ciência e sociedade. Risco é um termo polissêmico que perpassa vários campos do conhecimento, tornando-se elemento chave para compreender a sociedade contemporânea. Na saúde, a mídia é mobilizada diariamente para lidar com estratégias de enfrentamento de riscos e incertezas. Percebe-se cada vez mais o discurso midiático reforçando o dever da prevenção direcionado aos cidadãos, com um viés de responsabilização e culpabilização, no esforço de colocar ordem diante da complexidade crescente da sociedade globalizada. Assim sendo, pensar os riscos de forma crítica exige uma contextualização histórica, social e política, além da construção de protocolos éticos, o investimento na formação do jornalista para divulgação de saúde e a criação de pautas reflexivas sobre riscos em saúde, tanto por parte do governo como por parte da imprensa.

Palavras-chave: Comunicação em saúde; Risco; Meios de comunicação de massa; Saúde coletiva.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva PPGSC - UFES, email: michelenantunes@gmail.com

³ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva PPGSC - UFES, email: alineguica@hotmail.com

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva PPGSC – UFES, e-mail: adautoemmerich@terra.com.br

Introdução

As alterações climáticas, os atentados terroristas e ameaças de grandes epidemias são exemplos de eventos que invadiram e invadem o cotidiano de forma avassaladora. Novos perigos são descobertos e anunciados quase diariamente e com eles a percepção de que paira uma aura de ameaça sobre todos nós, que pode se efetivar a qualquer momento. Assim, aprendemos que o inventário de perigos está longe de terminar. E não temos como saber quantos mais e quais conseguirão escapar à nossa atenção e a dos peritos, preparando-se para atacar sem aviso (BAUMAN, 2008). Vivemos numa era de riscos e incertezas. Vivemos em uma era de temores.

Diante desse cenário, algumas questões surgem: qual a abrangência do conceito de Risco? Como a mídia se apropria desse conceito para abordar questões de saúde? Quais os impactos dessa divulgação midiática dos riscos em saúde nas nossas vidas?

Sabe-se que a mídia representa um campo de força e espaço de sociabilidade com grandes repercussões nas ações políticas e em processos sociais de interação e interlocução entre indivíduos e grupos, exercendo uma função informativa e educativa dos diversos assuntos que perfazem o interesse humano (OLIVEIRA, 2007).

Além disso, o poder de pautar ao público os assuntos de interesse (*agenda-setting*), bem como de direcionar quais partes da realidade se tornarão visíveis (enquadramento) concede à mídia um lugar de suma importância na discussão dos riscos na sociedade nos dias de hoje.

A teoria do agendamento inicialmente postulava que a mídia pode não dizer às pessoas como pensar sobre os assuntos, mas é bem sucedida ao dizer às pessoas no que pensar. A partir de investigações recentes, essa clássica exposição foi virada de pernas para o ar ao explorar que as consequências da marcação de agenda e do enquadramento da mídia não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar, e conseqüentemente, o que pensar. (TRAQUINA, 2013). Nesse propósito, vale ressaltar que quanto menor é a experiência direta do indivíduo em relação a um determinado assunto, maior é sua dependência dos meios de comunicação para se informar sobre o tema (WOLF, 1999).

Assim, a partir da reflexão sobre os aspectos que envolvem as relações entre comunicação, ciência e sociedade, o objetivo desse artigo é discutir a divulgação midiática dos riscos à saúde, debate imprescindível no campo da saúde coletiva, da prevenção e promoção da saúde.

O Que é Risco, afinal?

“Risco” é um termo polissêmico. De acordo com o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis, risco é definido como traço feito à lápis; risca; planta para construção e outras definições regionais e populares para a palavra. Num outro contexto, significa possibilidade de perigo, incerto, mas previsível, que ameaça de dano alguém ou alguma coisa. Ou ainda pode denotar “em perigo de” quando aplicado a expressões como: a risco de, com risco de, ou denotar “estar exposto a” quando empregado na expressão correr risco (RISCO, 2011).

A palavra Risco advém do século XIV, adquirindo conotação de perigo apenas no século XVI (LUIZ; COHN, 2006). No decorrer da história, essa palavra esteve relacionada a chances de ganhos e perdas em algumas modalidades de jogos de azar, adquirindo significados referidos a desenlaces negativos apenas em épocas mais recentes. No campo da engenharia, durante a Segunda Guerra Mundial, a temática recebeu atenção devido à demanda de estimar danos advindos do manuseio de materiais perigosos. Já na biomedicina, utilizou-se do conceito para determinar os possíveis riscos no uso de tecnologias e procedimentos médicos (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010).

O risco é objeto de interesse de estudo de diversos campos do conhecimento, tais como: as ciências econômicas, as quais buscam transformar as incertezas em probabilidades, quantificando os riscos para avaliar custos e possíveis perdas; a epidemiologia, que visa a quantificação do risco, definindo a probabilidade de ocorrência de um evento mórbido ou fatal; a engenharia, que através da análise do risco avalia o impacto da introdução de novas tecnologias na sociedade e, finalmente, as ciências sociais, que vislumbram o risco como algo construído socialmente e que deve ser avaliado levando em consideração valores subjetivos que perpassam as opções dos indivíduos (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010).

Chama a atenção a maneira profunda e invasiva que a ideia de avaliação de riscos ocorre em um crescente número de práticas sociais, políticas e culturais. Seus deslocamentos entre os distintos campos discursivos podem significar mais mudanças nos modos como os indivíduos convivem com o próprio estar no mundo, justificando a importância do seu estudo para as ciências sociais e humanas, que pouco tem a dizer sobre probabilidade e avaliação de riscos (VAN LOON, 2002).

É interessante ressaltar que os riscos são entidades probabilísticas, virtuais, no sentido de algo que não aparece explicitamente, mas como potencialidade em latência, passível de se realizar (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010). Analisados individualmente, cada risco pode ter uma etiologia racional e pode ser razoavelmente explicado, antecipado e sofrer intervenções. Para o homem moderno, as ameaças podem ser controladas por meio da aplicação sistemática da ciência e tecnologia. Ele transforma perigos em riscos, ou seja, os perigos são previstos racionalmente e cabe ao homem prover explicações alternativas para as calamidades, catástrofes e perigos, além de meios para regulá-las. Considerados como um fenômeno geral abstrato, os riscos se tornam apocalípticos (VAN LOON, 2002).

Desta forma, a tecnociência moderna é fortemente motivada pelo desejo de regular e assegurar o perigo/acaso, pelo desejo expansivo de domínio e controle sobre contingências. Ao transformar antecipação em cálculo racional, perigos podem ser operacionalizados como riscos, em termos de probabilidade, e com isso, generaliza a possibilidade de agir.

O risco está relacionado essencialmente com o futuro, com previsão, com ameaças que ainda não aconteceram, mas que podem acontecer a qualquer momento. E, neste sentido, se referem ao futuro que se pode ou deve ser evitado. O risco passa então a ser um conceito chave para entender a sociedade contemporânea.

De acordo com Beck (1997), a sociedade moderna se tornou uma sociedade de risco à medida que se ocupa cada vez mais, em debater, prevenir e administrar os riscos que ela mesma produziu. Desta forma, a sociedade industrial se transformou na sociedade de risco, como parte do processo de modernização reflexiva, por um aumento na consciência do risco, da incerteza, da contingência e da insegurança e também pelo aumento das tentativas de colonizar e controlar o futuro próximo e distante.

A sociedade industrial pode ser descrita como uma forma de sociedade que fabrica suas próprias consequências negativas e auto-ameaças, mas não as tematizam publicamente na forma de conflitos políticos. A partir do momento em que os perigos da sociedade industrial dominam os debates públicos, políticos e privados, uma vez que as instituições geram e legitimam perigos que não podem controlar, ela se vê como a sociedade de risco (EKBERG, 2007). São os questionamentos dos resultados da modernidade em termos de produção de males ou riscos. A modernidade começa a refletir sobre si mesma e sobre seus próprios excessos.

Beck (1998) defende em sua tese, que os riscos nos quais se geram no nível mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas, diferem essencialmente da riqueza, causam danos sistemáticos e, frequentemente, irreversíveis. Eles são geralmente invisíveis, baseiam-se em interpretações causais e por isso existem apenas em termos do conhecimento científico que sobre eles se produz. Assim, podem ser transformados, ampliados ou reduzidos, e nessa medida são particularmente passíveis de construção social.

A acumulação de riscos diversos - ecológicos, biomédicos, sociais, militares, políticos, econômicos, financeiros, simbólicos e informacionais – representam uma influência avassaladora no mundo. Diante da onipresença dos riscos distinguiram-se apenas três respostas possíveis: negação, apatia ou transformação (VAN LOON, 2002).

A mídia tem um papel preponderante no processo de ressignificação da noção de risco, tanto porque é onipresente no mundo contemporâneo, sendo instrumental na conformação da consciência moderna, como porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, levando uma reconfiguração das fronteiras entre o espaço público e privado e produzindo novas formas de comunicação e interação (SPINK; MEDRADO; MELLO, 2002).

A Comunicação dos Riscos

No campo da saúde, a mídia é mobilizada diariamente para lidar com estratégias de enfrentamento de riscos e incertezas. As respostas são altamente específicas e muitas vezes ao contrário de simplesmente eliminá-los, a percepções do risco são exacerbadas.

De acordo com Van Loon (2002), os meios de comunicação fazem parte da constelação tecnológica pelo qual os riscos são trazidos para a realidade, ou seja, eles têm o potencial de construir diferentes sentidos para as situações de risco.

De acordo com Rangel-S (2007), a leitura da comunicação na sociedade de risco suscita aspectos problemáticos, como, por exemplo, momentos em que a comunicação é um risco ou potencializa riscos e os modos como os meios de comunicação constroem as notícias sobre situações de risco, apelando ao sensacionalismo, selecionando discursos, em meio a conflitos derivados das diferentes racionalidades e éticas com que operam na relação com os receptores das mensagens e com cientistas/peritos. Assim, diferentes meios constroem acontecimentos e oferecem sentidos distintos para situações de risco, aproximando-se ou afastando-se dos interesses de grupos sociais.

Covello e Sandman (2010), afirmam que os profissionais de comunicação são altamente seletivos na informação sobre o risco, e, particularmente, inclinados a histórias que envolvem pessoas incomuns e situações dramáticas, conflituosas, negativas ou sensacionalistas, como, por exemplo, desastres naturais ou catástrofes. De um modo geral, almejam eventos que geram temor, contaminando a comunicação do risco e transformando-se em um obstáculo a ser enfrentado.

Existe um conjunto de critérios que se exige dos acontecimentos para que esses adquiram existência pública de notícias (valores-notícias). Esses requisitos, de uma forma geral, dizem respeito aos acontecimentos, aos processos produtivos, à imagem que os jornalistas têm do público e à relação entre a mídia e o mercado informativo (WOLF, 1999). Questões que despertam o interesse público, dramáticas, inéditas e impactantes representam valores-notícia importantes na divulgação midiática. As matérias sobre riscos (principalmente quando os riscos afetam diretamente a nossa saúde ou o nosso bolso) chamam a atenção e, conseqüentemente, vendem bem, tornando-as um produto de interesse para a mídia.

Spink, Medrado e Mello (2002) buscaram entender o papel da mídia na circulação e consolidação da linguagem dos riscos, através da análise do jornal Folha de S. Paulo, do período de 1921 a 1998. Os autores mostram que o uso intensivo da linguagem dos riscos é um fenômeno dos anos 90, sendo que o uso iniciou-se pelas áreas onde o conceito já estava mais consolidado: a economia e a saúde. Ao mapearem os diversos termos utilizados pela mídia para se referir a “riscos”, revelam que ameaça, chance e perda, sorte e perigo são

respectivamente os mais utilizados. O uso desses termos prevalece como sinônimo de perigo, para falar sobre o risco de algum evento indesejado, na perspectiva das pessoas que correm risco, ou do risco propriamente dito. Aparece menos frequentemente para denotar a probabilidade de ganho ou perda, no sentido mais corriqueiro atribuído à linguagem dos jogos ou no cálculo formal de probabilidade.

Ainda nesse estudo, ao analisar o risco divulgado pela mídia na perspectiva da vida cotidiana, Spink, Medrado e Mello (2002) perceberam o discurso do dever da prevenção direcionado aos cidadãos, com um viés de responsabilização e culpabilização, no esforço de colocar ordem diante da complexidade crescente da sociedade globalizada. Os autores afirmam que “[...] essa é a perspectiva de gerenciamento dos riscos, uma estratégia de governamentalidade (Foucault, 1984) que se faz presente nos discursos da saúde, da segurança, da economia e da política” (SPINK; MEDRADO; MELLO, 2002, p.163).

Na mesma direção, o estudo “Doenças Midiaticamente Negligenciadas: cobertura e invisibilidade de temas de saúde na mídia impressa” (CAVACA, 2015), realizado nos anos de 2011 e 2012, nos principais jornais diários do estado do Espírito Santo, verificou que dentre as 10 patologias mais noticiadas no período, oito estão relacionadas ao gerenciamento de riscos individuais. Dentre estas, as neoplasias malignas (1º lugar), diabetes (2º lugar) e obesidade (3º lugar) se destacam como as mais abordadas, sendo a responsabilização dos sujeitos o viés predominante dos discursos preventivos adotados.

Dessa forma, refletimos aqui sobre uma conhecida expressão jornalística: “*bad news are good news*”. Entende-se que o risco pode transitar nos dois terrenos. Uma “*bad news*” (más notícias, geralmente associadas à tragédias, acidentes, epidemias ou situações inusitadas) que pode ser transformada numa “*good news*” (no que VOCÊ vai se transformar após ler essa notícia): uma mudança de atitude, de comportamento e estilo de vida. Porém, sabe-se que as questões de saúde, na maioria das vezes, não representam contextualizações sociais críticas, mas sim conteúdos com enfoques normativos.

Assim, deve-se refletir sobre a questão do que é de interesse público problematizando o que se vende como sendo do “interesse do público”, uma vez que notícias de saúde e sobre os riscos em saúde devem ser abordadas não porque representam um fato extraordinário, interessante, mas sim uma questão muitas vezes ordinária do dia-a-dia, mas que muito

influencia na vida dos indivíduos, principalmente no que diz respeito às doenças da pobreza, tão apagadas das luzes da visibilidade midiática.

O Destaque dos Riscos à Saúde na Mídia

Powell e Leiss (2005) afirmam que os problemas da comunicação de temas que envolvem o risco originam-se nas diferenças marcantes entre a linguagem científica e a linguagem do público. De um lado está a “avaliação especializada”, quando um grupo ou um indivíduo apresenta um conhecimento especializado para ser relacionado a um tema de risco, referindo-se usualmente à literatura científica divulgada e usando terminologia técnica, como a epidemiologia ou estatística. Nesse sentido, as pessoas relacionadas aos principais grupos, seja do governo ou da comunidade científica, usam avaliações especializadas e linguagens técnicas. E do outro lado, a “avaliação pública”, quando as pessoas se referem a questões de risco em sua linguagem comum e no contexto de suas próprias experiências cotidianas, sem necessariamente estar ao par dos resultados do conhecimento especializado. Desta forma, de acordo com os autores, a prática da boa comunicação sobre os riscos ocorre na zona que separa as duas linguagens e traduz as descobertas científicas e as avaliações de riscos probabilísticos em termos compreensíveis. E, ainda, explica os graus de incerteza, as lacunas no conhecimento e os projetos de pesquisa em andamento.

De acordo com Castiel (2003), a veiculação de informações de saúde pela imprensa leiga possui sinais de ambiguidade. De um lado, há promessas de previsibilidade e controle carregadas por uma representação otimista dos avanços biotecnológicos, e, de outro, há más notícias quanto a perigos originários de descobertas de novos riscos por periódicos científicos e as possibilidades de efeitos adversos da biotecnologia. O autor considera que a mídia exerce uma função pedagógica e os jornalistas desempenham um papel de educadores (queiram ou não), podendo influenciar na eventual adoção pública de medidas supostamente protetoras, sem garantias de eficácia. Portanto, colaboram com a construção de conteúdos simbólicos de saúde, e podem promover desinformações, estímulos a posições preconceituosas e, até mesmo, a reações alarmistas desnecessárias.

Para qualquer objeto de estudo epidemiológico é pertinente pensar-se nos descompassos de linguagem entre produtores, veiculadores e receptores dos achados sobre a saúde, pois as margens de incompreensão não são desprezíveis (CASTIEL, 2003).

Outro viés é a utilização da palavra risco como sinônimo de risco relativo (o coeficiente de incidência dos expostos ao agravo sobre o coeficiente de incidência dos não-expostos ao agravo), o que pode atribuir uma dimensão muito maior ao problema, podendo não corresponder à dimensão fornecida pelo estudo epidemiológico (LUIZ, 2006).

A este propósito, Gardner (2009) designa de fenômeno da “cegueira do denominador”, pois para se calcular o risco - mesmo o risco absoluto (incidência de um fenômeno mórbido em uma população, em determinada unidade de intervalo de tempo) – deveria se dividir o numerador pelo denominador. Porém a mídia divulga que “x pessoas morreram” (seria o numerador) e raramente se diz “em y de população” (denominador), dessa maneira estaríamos cegos para o denominador, e conseqüentemente, para a dimensão real do risco.

Entende-se que analisar como a epidemiologia dos fatores de risco aparece nos meios de comunicação é uma tarefa relevante para a saúde pública. Seu sentido usual é alertar os indivíduos para aspectos antes tidos como triviais, como alimentação, lazer, trabalho, comportamento amoroso. Contudo, ao atentar para a mudança do cuidado de si provocado pela aliança entre medicina e mídia, verifica-se que não importa tanto, por exemplo, a possível incerteza do leitor sobre se comer pão efetivamente aumenta ou reduz as chances de adoecer, o preponderante é sim, a reiteração diária nos diversos conteúdos de que há um nexos quantificável entre o futuro longínquo e ações cotidianas que, anteriormente, não eram valorizadas (VAZ et al, 2007).

No entanto, quando se estabelece conexão entre práticas cotidianas e doenças futuras e, ao se instituir o indivíduo como vítima de seus próprios hábitos, o que se faz é transferir o controle da doença para ele, numa estratégia de tornar os indivíduos pessoalmente responsáveis pela gestão de riscos socialmente gerados (VAZ et al, 2007; CASTIEL; DIAZ, 2007).

Podemos verificar essa situação na análise de Vaz e Cardoso (2011) sobre a cobertura da epidemia de dengue no Estado do Rio de Janeiro de 2008 feita pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Os autores apresentaram a lógica do risco presente no discurso desse jornal, a partir de um editorial de abertura do programa, onde os âncoras se alternaram para afirmar que o sofrimento pelas mortes ali apresentadas era previsível e evitável, caso as medidas de controle e previsão que os próprios jornalistas apresentaram em edição anterior tivessem sido tomadas. Neste caso, o Risco não é apenas o oposto ao acaso, por implicar um cálculo

probabilístico do futuro; é oposto ao fatalismo: o evento previsível poderia ser evitado pelas ações humanas.

Em relação aos enfoques do risco nos jornais diários, Luiz (2006) argumenta que a constituição do risco como fenômeno passível de intervenção pela tecnologia médica envolve invariavelmente o consumo de alguma mercadoria, seja ela um medicamento, uma tecnologia diagnóstica ou a regulação de um padrão de consumo existente, como parar de fumar, de beber ou se alimentar melhor. Isso instiga o questionamento de como se dá a seleção dos assuntos a serem publicados e sua relação com as demais instâncias da sociedade, principalmente a indústria médica.

O desejo de consumir notícias sobre fatores de risco presentes nos estilos de vida é real, pois nos concedem a possibilidade de nos tornarmos sujeitos. Assim, o futuro nos parece calculável, dependente de nossas ações. A mídia apresenta o sofrimento e a morte na distância do evitável (VAZ, 2009). Porém, a busca pela qualidade dos discursos midiáticos, consonantes com os saberes médicos deve ser apenas uma das preocupações da comunicação em saúde. Segundo Vaz (2009), as notícias sobre fatores de risco à saúde possuem a conotação de regras morais, ao significar sofrimento e castigo. Isso pode ser iatrogênico, na medida em que se torna sedutor contrariar as “regras”. Além disso, realçar apenas o que está ao alcance da ação dos indivíduos simplifica a causalidade dos problemas, reduzindo a capacidade de enfrentamento das questões de saúde.

A expectativa de longevidade não é o único fator que nos inspira a viver bem. A fruição de prazeres também é preponderante nas escolhas comportamentais dos indivíduos. Um “estilo de vida feliz” é almejado pela sociedade, concordando que os excessos devam ser dosados, inclusive o excesso de preocupação de ser considerado um pré-doente, caso não altere seu estilo de vida dado a possibilidade de adoecer no futuro.

Considerações finais

Pensar os riscos de forma crítica exige uma contextualização histórica, social e política, aliado à contemplação da subjetividade dos indivíduos, o que é inviabilizado apenas por meio da leitura do que é colocado em cena pela mídia.

É certo que os saberes científicos, inclusive os que estudam os riscos em suas variadas concepções, derivam de uma tentativa de representação direta da realidade. Falamos “tentativa”, pois, de acordo com Law (2004) a representação direta não é direta, mas sim mediada. Se uma afirmação científica corresponde a uma realidade “lá fora”, parecendo descrevê-la literalmente, isto se dá porque a maior parte do agenciamento do método onde está localizado foi tornado invisível, não incluído. Dessa forma, a aparência de representação direta é produto de um processo de minucioso apagamento (LAW, 2004).

Assim sendo, a atenção no “não-dito” da divulgação científica dos estudos de riscos, e da divulgação midiática desses achados se faz essencial para uma compreensão “legítima” da realidade. A crítica da razão anunciada e um certo ceticismo é indispensável para detectar os interesses ideológicos escondidos por detrás dos discursos da “verdade científica” ecoada nas mídias.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a maciça divulgação de questões de risco envolve relevantes aspectos éticos que revela a demanda de uma base normativa para tal comunicação (CASTIEL, 2003). Protocolos éticos, o investimento na formação do jornalista para divulgação de saúde, a criação de pautas reflexivas sobre riscos em saúde, tanto por parte do governo, como por parte da imprensa, ajudaria no desenvolvimento de uma problematização crítica da população no que diz respeito aos riscos em saúde.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. Medo Líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, U. La Sociedad del Riesgo Mundial. Em busca de la seguridad perdida. Espanha: Paidós; 1998.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo:Unesp, 1997. p11-72.

CASTIEL, L.D., GUILAM, M.C.R., FERREIRA, M.S. Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010.

CASTIEL, L.D.; DIAZ, C.A.D. A Saúde Persecutória: os limites da responsabilidade. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

CASTIEL, L. D. Insegurança, ética e comunicação em saúde pública. Rev. Saúde Pública, v.37, n.2, p.161-167, 2003.

- CAVACCA, A. Doenças midiaticamente negligenciadas: cobertura e invisibilidade de temas sobre saúde na mídia impressa. 2015. 177f. (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro.
- COVELLO, V; SANDMAN, M. Risk communication: Evolution and revolution. Disponível em: <<http://www.psandman.com/articles/covello.htm>>. Acesso em: 17 de julho de 2015.
- EKBERG, M. The Parameters of the Risk Society. A Review and Exploration. *Current Sociology*. v.55, n.3, 2007.
- GARDNER, D. Risco: a ciência e a política do medo. Tradução Léa Viveiros de Castro e Eduardo Süsskind. 384p. Rio de Janeiro: Odisséia, 2009.
- LAW, J. *After method: Mess in social research*. London: Routledge, 2004.
- LUIZ, O.C. *Ciência e risco nos jornais diários*. São Paulo: Nablume; São Bernardo do Campo: Cescos, 2006.
- LUIZ, O.C., COHN, A. Sociedade de risco e risco epidemiológico. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n.11, p.2339-2348, 2006.
- OLIVEIRA, V.C. Mídia, controle público e cidadania. In: SANTOS, A. *Caderno Mídia e Saúde Pública: Comunicação em Saúde pela Paz volume 2*. Belo Horizonte: ESP-MG; 2007. p.71-79.
- POWELL, D., LEISS, W. Um diagnóstico das falhas de comunicação sobre os riscos. In: MASSARANI, L., MOREIRA, I.C. *Terra Incógnita. A interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência; Editora Fiocruz; 2005. p.183-202.
- RANGEL-S, M., L. Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.12, n.5, p.1375-1385, 2007.
- RISCO. Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa online. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=Risco>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2011.
- TRANQUINA, N. *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2013.
- SPINK, M.J., MEDRADO, B., MELLO, R.P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia: reflexão e crítica*. Revista de la Universidad Federal do Rio Grande do Sul. V.15, n.1, Porto Alegre, p.151-164, 2002.
- VAN LOON, J. *Risk and technological culture: towards a sociology of virulence*. London: Routledge, 2002.